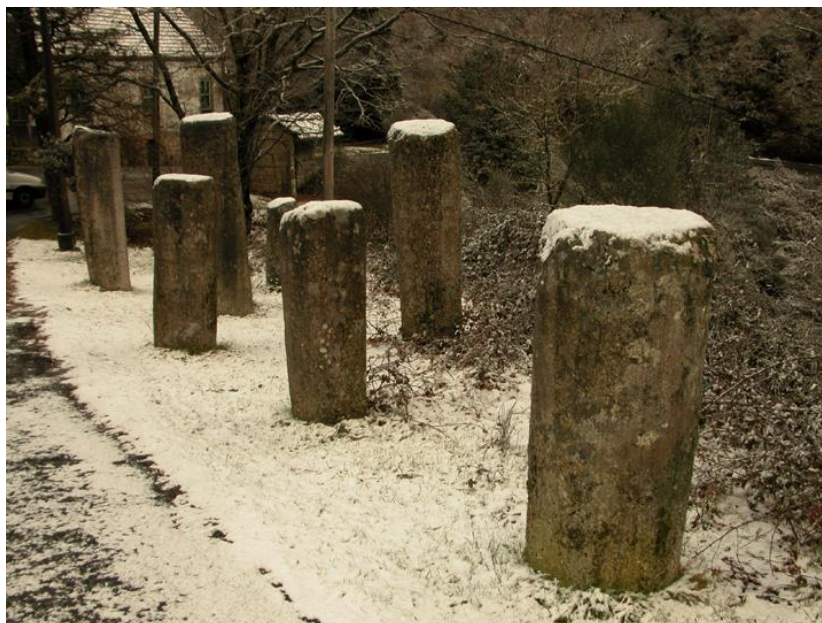


AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE TERRAS DE BOURO



PROJETO EDUCATIVO

2016 - 2019

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	3
2.1. Caracterização geográfica	4
2.2. Contexto socioeconómico	6
2.3. Contexto Histórico-Cultural	7
2.4. Contexto familiar:	9
3. ANÁLISE DO CONTEXTO ESCOLAR	9
3.1. Pontos fortes - Aspetos a manter	9
3.2. Pontos débeis - Aspetos a melhorar	13
4. MISSÃO/ VISÃO	16
5. PRINCÍPIOS E VALORES ORIENTADORES	17
6. PLANO ESTRATÉGICO.....	19
7. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	26
8. DIVULGAÇÃO E REVISÃO.....	26

1. INTRODUÇÃO

“Projeto Educativo” é um documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou de escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;¹

Pretende-se que este Projeto Educativo seja um documento de fácil consulta, o mais objetivo possível, orientador da ação de toda a comunidade escolar.

Pretende-se um Projeto Educativo centrado na preparação dos alunos para os desafios da sociedade do futuro e na necessidade de encontrar, permanentemente, respostas educativas mais ajustadas à realidade social.

A construção deste projeto alicerça-se na análise dos resultados da autoavaliação realizados nos anos anteriores e nos contributos de todos os elementos da comunidade educativa. Tem ainda em conta os objetivos traçados para a educação a nível nacional, a formação e qualificação dos portugueses e a realidade local.

Como projeto que é, este documento não deve ser encarado como algo estático, mas como um projeto dinâmico, permeável a ajustamentos e atualizações.

2. CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro é único no concelho, reunindo todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário, integrando os seguintes estabelecimentos de ensino:

- Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro (escola sede);
- Escola Básica de Rio Caldo;
- Escola Básica nº 1 de Rio Caldo;
- Escola Básica do Gerês;

¹ In Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril, artigo 9º, n.º 1, alínea a)

- Escola Básica de Valdosende;
- Jardim de Infância de Terras de Bouro;
- Jardim de Infância de Choreense;
- Jardim de Infância de Carvalheira.

Estas escolas acolhem crianças e jovens das 17 freguesias que constituem o concelho de Terras de Bouro. O agrupamento tem, atualmente, 719 alunos, 42 dos quais com Necessidades Educativas Especiais. O corpo docente é formado por 80 professores (5 são educadoras de infância e 13 do primeiro ciclo) e o corpo não docente por 52 colaboradores.

Ciclo de ensino	Nº de alunos		
	2013-14	2014-15	2015-16
Pré - escolar	82	70	68
1º Ciclo	266	254	216
2º Ciclo	142	147	141
3º Ciclo	218	210	222
Secundário	81	85	65
Secundário - profissional	38	27	7

2.1. Caracterização geográfica

A sua área de influência abarca as regiões do Vale do Homem e do Vale do Cávado, constituída por todas as freguesias do concelho, a saber: Carvalheira, Campo, Balança, Brufe, Covide, Cibões, Gondoriz, Ribeira, Choreense, Vilar, Monte, Chamoim, Souto, Moimenta, Valdosende, Rio Caldo e Vilar da Veiga.



Fig1. – Área de influência do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro: fundo azul – vale do Homem; fundo branco – vale do Cávado.

A ocupação humana em Terras de Bouro recua aos tempos do domínio árabe, visigótico, suevo, romano ou mesmo pré-romano. Na época medieval, esta região beneficiou da Carta de Privilégio de D. Dinis a exarar um contrato oneroso que manifestava uma singular importância política na administração e na defesa nacional. Administrativamente, Terras de Bouro teve a concessão de Foral² pelo Rei D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1514, data que o eleva à categoria de concelho. No ano de 1895, o concelho é extinto, devido às reformas administrativas do Liberalismo, tendo sido restaurado a 13 de Janeiro de 1898.

O concelho de Terras de Bouro tem uma área de aproximadamente 276 km², com 17 freguesias, um total de 6.813 habitantes e uma taxa de densidade populacional de 24,6 hab./km² (PORDATA). Insere-se na NUT III - Nomenclaturas de Unidades Territoriais, sub-região do Cávado, e representa um território de montanha, dividido em dois vales dos rios Homem e Cávado, com assimetrias bem notáveis. Faz parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês, única área protegida criada em Portugal, em 1971, pelo Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de Maio.

Situado no distrito de Braga, faz fronteira com os municípios de Amares, Vieira do Minho, Vila Verde, Montalegre e Ponte da Barca, coincidindo os seus

² Foral é um documento concedido, geralmente pelo rei, o qual estabelece a forma de administração, o sistema tributário, os deveres, direitos e os privilégios das populações. No geral, os monarcas atribuíam carta de foral às terras conquistadas e, porventura às que eles fundavam ou desejavam fundar.

limites, em determinada extensão, com a fronteira internacional que separa Portugal e Espanha.

A nível de evolução demográfica, este concelho tem registado, nas últimas décadas, nomeadamente desde a década de 60, uma acentuada diminuição da população residente, sobretudo nas freguesias de montanha, onde existem poucos atrativos que fixem os habitantes.

Superfície Total	Nº de Freguesias	População Residente					
		1960	1981	1991	2001	2011	2014
276 Km ²	17	11.762	10.131	9.406	8.350	7.215	6.813

No que se refere à evolução demográfica, as várias fontes estatísticas, Censos 2011, INE e PORDATA revelam um tecido sociodemográfico preocupante, pela elevada estrutura etária envelhecida, revelando um panorama populacional envelhecido e dependente.

População residente por grupo etário - Terras de Bouro				
Total	0 – 14 anos	15 – 24 anos	25 – 64 anos	> 65 anos
6813	805	784	3.501	1.723
	11,8%	11,5%	51,3%	25,2%

Fonte: <http://www.PORDATA.pt> (novembro 2015)

2.2. Contexto socioeconómico

Na análise dos setores de atividade, tem-se verificado uma transferência da população ativa do setor primário para o terciário. Esta situação representa o abandono de exercício ou, pelo menos, a perda de exclusividade da agricultura e pecuária como atividades principais, tendendo ao crescente incremento da pluriatividade.

Terras de Bouro é um município de características predominantemente rurais. Embora, tradicionalmente, a atividade dominante tenha sido a

agricultura, esta pode classificar-se, hoje, como uma atividade de mera subsistência, na larga maioria dos casos.

O setor secundário apresenta um peso pouco significativo na economia do concelho, embora as poucas empresas existentes dêem garantia de um bom funcionamento ao nível de produção e escoamento, com um índice razoável de empregabilidade.

O setor terciário tem contribuído para uma melhoria social, com a oferta de emprego e as divisas económicas que têm sido atribuídas ao concelho. A administração pública e os serviços de iniciativa privada são setores que contribuem na empregabilidade.

O setor terciário registou um grande impulso nas últimas décadas, com o surgimento de novos empreendimentos turísticos e a criação de empresas de animação turística, de tal forma que empregava um número significativo, correspondendo a 67,3% da população ativa (INE, 2011). As atividades dominantes floresceram da crescente procura por um público específico, oriundo dos centros urbanos.

População empregada segundo os Censos: total e por setor de atividade económica (%)

Territórios	Setores de atividade económica											
	Primário				Secundário				Terciário			
Terras de Bouro	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
		74,4	53,9	14,9	7,6	11,7	22,4	33,0	25,1	13,8	23,7	52,1

Dados obtidos em
www.pordata.pt a 29-04-2015

2.3. Contexto histórico-cultural

Terras de Bouro guarda um valioso testemunho patrimonial do qual se destaca o conjunto de marcos miliários colocados na Via Romana de Geira que ligava Bracara Augusta (Braga) a Asturica Augusta (Astorga), fazendo, a partir daí, a ligação com outras vias que a ligavam a Roma. Os marcos miliários apresentam inscrições epigráficas que assinalavam a distância à capital da província e homenageavam os imperadores da época. Durante a Idade Média, esta via romana fez parte dos roteiros dos caminhos de Santiago.

Pelo grande caudal de águas de inverno, o rio Homem e seus afluentes são particularmente ricos de pontes de inegável valor monumental. Algumas delas de marcada produção romana, patenteiam hoje apenas restos e marcas das suas estruturas e arcos, como as que atravessam as ribeiras de Macieira e do Forno, afluentes da secção do alto Homem. A ponte de S. Miguel, em Albergaria, com pelo menos dois arcos de volta perfeita, terá sido, sem dúvida, a mais importante obra de arte romana, mandada demolir aquando das Guerras da Restauração de Portugal (1642) para impedir a marcha de exércitos vindos da Galiza.

Existem grandes vestígios de antiguidade, através das imensas antas ou mamoaas, que aqui tomam o nome de «covas da Moura».

Possui uma densa rede hidrográfica e apresenta duas importantes obras hidráulicas – albufeiras da Caniçada e de Vilarinho das Furnas – que constituem testemunhos da riqueza aquífera do território.

Dentro do património natural destaca-se a Mata de Albergaria como um dos mais importantes bosques do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), constituída predominantemente por um carvalhal secular que inclui espécies características da fauna e da flora geresianas. Guarda também um troço da Via Romana - Geira - com as ruínas das suas pontes e um significativo conjunto de marcos miliários.

A baixa presença humana nesta mata não rompeu, até há poucos anos, o frágil equilíbrio do seu ecossistema, cuja riqueza e variedade contribuíram para a sua classificação pelo Conselho da Europa, como uma das Reservas Biogenéticas do Continente Europeu. É também, nos termos do Plano de Ordenamento do Parque, classificada como Zona de Protecção Parcial da Área de Ambiente Natural.

Nesta região de procura turística por excelência, encontramos instituições e infraestruturas que tornam este território de montanha uma referência no país e no mundo, nomeadamente pelo santuário de S. Bento da Porta Aberta com as suas romarias, o museu etnográfico de Vilarinho da Furna, as termas e a serra do Gerês como ponto nevrálgico e emblemático do Parque Nacional, as albufeiras da Caniçada e de Vilarinho da Furna, a fronteira da Portela do Homem e o relacionamento ancestral com os povos da Galiza, os centros de

artesanato de Covide e de Brufe, o centro náutico de Rio Caldo, o turismo no espaço rural, os miradouros e as cascatas na serra do Gerês.

2.4. Contexto familiar:

O agregado familiar da maioria dos alunos é composto pelos pais e irmãos, verificando-se ainda que coabitam também, para além destes elementos, com os avós. Dado que a maior parte das mães são domésticas, podemos concluir que os pais são o sustentáculo económico da família. As profissões dos pais dos alunos repartem-se por vários setores, sendo a atividade na construção civil aquela que absorve o maior número. As mães que se consideram domésticas são, em muitos casos, simultaneamente, as responsáveis pela agricultura e pecuária de subsistência, muito comuns nesta região.

De referir, também, que uma percentagem elevada (rondando os 90%) vive em casa própria.

A responsabilidade da educação é maciçamente transferida para a mãe, sendo a maioria dos encarregados de educação do sexo feminino. De salientar que, à medida que o aluno vai progredindo na sua vida escolar, a ida à escola por parte do encarregado de educação tende a diminuir, assim como o tempo que este dedica a conversar com o seu educando sobre assuntos escolares.

3. ANÁLISE DO CONTEXTO ESCOLAR

3.1. Pontos fortes - Aspetos a manter

1. Oferta educativa

- Educação pré-escolar.
- Ensino básico:
 - Turmas regulares.
- Ensino secundário:
 - Cursos Científico – Humanísticos;
 - Cursos profissionais.

2. Relação pedagógica, desenvolvimento curricular e avaliação

- Defesa e promoção de uma escola inclusiva;
- Defesa e promoção da humanização da escola;
- Defesa e promoção do trabalho colaborativo no sentido da construção de práticas profissionais de qualidade;
- Taxa de abandono escolar residual.

3. Organização da escola

- Articulação pedagógica entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo;
- Definição de perfis de transição de níveis e ciclos de educação e ensino;
- Aplicação de estratégias e práticas pedagógicas diversificadas a alunos com NEE e/ou com dificuldades de aprendizagem, com vista ao maior sucesso possível para todos;
- Adequação de horários de modo a promover o rendimento escolar dos alunos. Assim, nos horários das turmas será de colocar, preferencialmente, as disciplinas de Português e Matemática no período da manhã bem como as disciplinas de carácter preponderantemente teórico. O secundário deve ter aulas, preferencialmente, no turno da manhã, libertando sempre que possível tardes para o estudo. Nos dias com um maior número de aulas, os horários deverão ter uma distribuição onde se integrem disciplinas de carácter teórico e disciplinas de carácter prático;
- Valorização no horário dos tempos curriculares em relação às atividades de enriquecimento curricular;
- Complementar os apoios pedagógicos acrescidos com atividades extracurriculares.

4. Diretor

- Proximidade com as Estruturas de Orientação Educativa;
- Proximidade com os alunos, docentes, não docentes, pais e encarregados de educação.

5. Órgãos de gestão e estruturas de orientação educativa

- Articulação entre os diversos órgãos de gestão.

6. Instalações, equipamentos e material didático

- Apetrechamento das salas com equipamento informático e multimédia;
- Anfiteatro na escola sede.
- Pavilhão gimnodesportivo - utilização por todos os níveis de ensino e disponibilização, ainda que sob determinadas condições, à comunidade.

7. Bibliotecas e Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)

- Dirigidas a todos os níveis de ensino;
- Articulação entre todos os níveis de ensino;
- Continuação do investimento no reforço dos recursos de informação da coleção que integra os vários fundos documentais do agrupamento.

8. Relação Escola/Pais e Encarregados de Educação /comunidade

- Associação de Pais como participantes nos órgãos de gestão;
- Encarregados de Educação motivados como participantes ativos na comunidade educativa;
- Bom relacionamento e trabalho cooperativo com as entidades locais.

9. Plano de atividades

- Atividades diversificadas, contemplando as diferentes áreas do saber, bem como a formação integral do aluno.

10. Disciplina de oferta complementar de escola

- Formação Cívica – dirigida para o estudo de temáticas da educação para a cidadania e educação para a saúde.

11. Serviços técnico-pedagógicos

- Bibliotecas Escolares;
- Gabinete de Informação e Apoio ao aluno (GIA);
- Serviços de Psicologia e Orientação (SPO);
- Componente de Atividades de Apoio à Família (CAF);
- Componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF).

12. Outros projetos /clubes/atividades extracurriculares

- Projeto de Sensibilização e Educação Florestal da População Escolar (PROSEPE);
- Projeto de Educação para a Saúde (PES);
- Jornal Escolar;
- Clube de Música;
- Plano Nacional da Leitura;
- Plano Tecnológico da Educação;
- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Desporto Escolar;
- Sala de estudo;
- GEIRA (Grupo Estudo Informação Recreação e Arte);
- Candidaturas a concursos e projetos que aprofundem os conhecimentos adquiridos.

13. Autoavaliação

Em 2012, o Agrupamento aderiu ao Programa de Apoio à Avaliação do Sucesso Académico (PAASA), programa este coorientado por docentes da Universidade do Minho.

A referencialização é a opção metodológica adotada. Além de contextualizar o dispositivo avaliativo do Sucesso Académico, a referencialização permite transformar práticas de análise em reais práticas de avaliação, pois, ao conferir-lhes coerência e intencionalidade, favorece a regulação da ação educativa, transformando-as em práticas avaliativas de pleno direito.

Os objetivos deste programa são institucionalizar, nas rotinas da escola, a avaliação do Sucesso Académico; promover o desenvolvimento da avaliação do Sucesso Académico; conferir coerência e intencionalidade à avaliação do Sucesso Académico; transformar a avaliação do Sucesso Académico num processo capaz de fomentar a melhoria e auxiliar a prestação de contas.

3.2. Pontos débeis - Aspetos a melhorar

1. Oferta educativa

Diversificação da oferta formativa.

2. Relação pedagógica, desenvolvimento curricular e avaliação

- a) Reforço da articulação entre as várias disciplinas e projetos/clubes do agrupamento;
- b) Reforço da utilização de metodologias ativas em detrimento de metodologias tradicionais;
- c) Reforço da valorização do papel do DT junto dos alunos e dos Pais/Encarregados de Educação;
- d) Reforço do trabalho colaborativo entre professores, nomeadamente, no que respeita às metodologias de trabalho, planificações, atividades, matrizes e testes comuns.

3. Funcionamento dos órgãos de gestão e das estruturas de orientação educativa

- a) Conselho Geral
 - Reforço da articulação da sua ação com os restantes órgãos.
- b) Conselho Pedagógico
 - Capacidade de intervenção:
 - Aprofundamento da definição, acompanhamento e avaliação de estratégias para resolução de problemas pedagógicos;
 - Aprofundamento da definição de linhas orientadoras para a ação educativa dos vários atores;
 - Reforço da valorização do trabalho em equipa;
 - Reforço da dinamização das secções do Conselho Pedagógico.
- c) Departamentos Curriculares
 - Reforço da articulação curricular entre as disciplinas que os compõem;

- Reforço da coordenação e articulação ao nível da planificação de atividades;
 - Definição das necessidades de formação dos professores do Departamento;
 - Reforço da articulação com as Atividades de Enriquecimento Curricular;
 - Reforço das estratégias de proximidade entre o coordenador de Departamento e os restantes elementos;
 - Reforço da articulação vertical.
- d) Conselhos de Turma
- Reforço do acompanhamento de alunos com Dificuldades de Aprendizagem;
 - Reforço da articulação horizontal.

4. Instalações, equipamentos e material didático

- a) Otimização da utilização do anfiteatro e pavilhões gimnodesportivos;
- b) Reforço do material didático específico de algumas disciplinas, em suporte físico de papel e digital;
- c) Melhoria do sistema de requisição de materiais e equipamentos para utilização nas salas de aulas;
- d) Reforço da bolsa de material didático para funcionamento dos clubes;
- e) Reforço das condições de segurança.

5. Orientação escolar e profissional

- a) Reforço da divulgação da informação atempada a pais e/ou EE sobre o processo de orientação escolar e profissional;
- b) Reforço do envolvimento de elementos da comunidade;

6. Serviços de administração escolar

- a) Otimização da relação com a comunidade escolar.

7. Biblioteca e Centro de Recursos Educativos (BE/CRE)

- a) Reforço da incorporação de novos recursos tecnológicos nas BE;

- b) Contínuo apetrechamento do fundo documental.

8. Projetos

- a) Aprofundamento da divulgação dos objetivos e incentivar a uma maior participação nos projetos existentes;
- b) Promoção da participação da comunidade educativa.

9. Relação da Escola com Pais e Encarregados de Educação

- a) Promoção do conhecimento dos órgãos de decisão e suas competências de modo a potenciar a sua participação;
- b) Diversificação das estratégias de comunicação com os EE de forma a permitir um maior acompanhamento escolar dos seus educandos;
- c) Promoção de um maior envolvimento dos EE nas atividades escolares.

10. Plano de atividades

- a) Fundamentação das propostas no Projeto Educativo;
- b) Divulgação, pela comunidade educativa, das atividades realizadas.

11. Cultura de Escola

- a) Divulgação do Projeto Educativo;
- b) Oferta de atividades culturais;
- c) Promoção da motivação da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas.

12. Resultados escolares

- a) Melhoria de resultados escolares de acordo com o referencial do sucesso académico definido para a:
 - Avaliação interna;
 - Avaliação externa.

13. Autoavaliação

Necessidade de consolidação deste projeto, para que haja um impacto nos resultados internos e externos, bem como na sua qualidade.

4. MISSÃO/ VISÃO

A Escola deverá ser capaz de antecipar, satisfazer e exceder as necessidades explícitas ou implícitas, assim como, as expectativas dos alunos, pais, professores e pessoal não docente, tendo sempre presente a sua missão.

A missão da Escola é a de formar cidadãos ativos, esclarecidos, autónomos e socialmente intervenientes, com capacidade permanente de *aprender, de aprender a fazer, de aprender a estar e ser* com os outros.

No que respeita às aprendizagens e competências dos alunos, a Escola deve procurar altos padrões de desempenho.

Depois do esforço de massificação da educação, estamos, neste momento, numa nova fase da democratização: da fase da democratização da educação, passamos para a fase da democratização com a educação. Esta fase compreende a substituição da quantidade pela qualidade, do uniformismo pela escolha da diversidade, da prioridade à educação inicial por uma educação ao longo da vida.

As escolas que compõem o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro devem afirmar-se como instituições que:

- a) Se organizam em função do interesse da formação dos alunos;
- b) Formam jovens conscientes dos seus deveres de cidadania na sua dimensão pessoal, social e ambiental;
- c) Promovam uma cultura de inclusão;
- d) Preparam os jovens para os desafios do ensino superior e/ou para o mercado de trabalho qualificado;
- e) Fomentam a autonomia e o gosto pelo conhecimento;
- f) Valorizam a solidariedade entre todos os membros da comunidade educativa.

- g) Valorizam o desenvolvimento dos profissionais que nela trabalham;
- h) Valorizam a manutenção e a melhoria das instalações;
- i) Disponibilizam variados recursos didáticos e promovem a utilização das novas tecnologias;
- j) Procuram autoavaliar e melhorar sistematicamente os seus serviços.

5. PRINCÍPIOS E VALORES ORIENTADORES

- A. Promoção de um serviço público de educação e ensino de qualidade.
- B. Promoção da igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolares.
- C. Garantia do respeito da liberdade de aprender e de ensinar.
- D. Promoção do desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, formando cidadãos livres, responsáveis, tolerantes, autónomos, solidários e trabalhadores.
- E. Desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, formando cidadãos com espírito crítico e criativo e preparados para intervir, ativa e progressivamente, no meio em que se integram e interagem.
- F. Defesa da identidade nacional e do culto de valores fundamentais: pessoais, locais, nacionais, europeus e universais.
- G. Garantia do direito à diferença, do respeito pelas personalidades e pelos seus projetos individuais bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas.
- H. Promoção da formação pessoal, cívica, social e moral dos jovens.
- I. Garantia da participação democrática de todos os implicados no processo educativo, de modo adequado às características específicas dos vários níveis de educação e ensino.
- J. Primado dos critérios de natureza pedagógica e científica sobre os de natureza administrativa.
- K. Construção progressiva da autonomia, pela afirmação de uma identidade e de políticas educativas inovadoras próprias.

Princípios organizativos

Os princípios organizativos quer curriculares quer pedagógicos encontram-se explanados no Projeto Curricular de Escola (agrupamento) que segue em anexo e é parte integrante do PEE.

Princípios gerais curriculares

- a) Diversidade curricular.
- b) Provisão curricular diferenciada de acordo com uma estratégia de discriminação positiva (compensatória).
- c) Acompanhamento pedagógico dos alunos, com especial ênfase nos alunos com necessidades escolares específicas.
- d) Participação na experiência pedagógica quotidiana como estratégia de aprendizagem cívica e moral.
- e) Utilização dos tempos extra-aula como estratégia educativa socializadora e personalizadora.
- f) Sequencialidade progressiva na construção do currículo.
- g) Estratégia de aprender a aprender – ênfase igual na aprendizagem dos processos e na aprendizagem dos conteúdos.

Princípios de organização pedagógica da escola

- a) Medidas igualitárias e compensatórias no acesso à educação escolar.
- b) Estratégia organizacional não seletiva no ensino básico.
- c) Orientação escolar e profissional sistemática.

6. PLANO ESTRATÉGICO

Garantir a qualidade e a diversidade da oferta educativa do nosso Agrupamento constitui uma importante preocupação deste Projeto, pela sua dimensão social e pelo impacto que tem na construção do projeto de vida de cada um dos nossos alunos. Neste Agrupamento tem vindo a diminuir a população escolar o que tem vindo a limitar de forma clara a oferta educativa que se pretende diversificada.

Meta 1: Reforçar as condições facilitadoras para a formação integral de cidadãos responsáveis, críticos e participativos		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
1.1. Promover a educação para a cidadania. 1.2. Reforçar condições para uma educação para a saúde e sexualidade responsáveis. 1.3. Promover a literacia da informação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização de clubes e projetos que envolvam causas sociais, ambientais, culturais, desportivas e no domínio da saúde. ▪ Divulgação do Regulamento Interno (RI) do Agrupamento. ▪ Formação e informação com vista a uma cidadania responsável. ▪ Acompanhamento dos alunos com problemas disciplinares. ▪ Promoção da leitura e de hábitos de pesquisa e investigação. ▪ Promoção da literacia da informação. ▪ Promoção das atividades da Biblioteca Escolar (BE). ▪ Consolidação da aplicação do Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE). ▪ Aplicação dos quadros de comportamento e mérito. ▪ Promoção da cidadania plena através de atividades inter e transdisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de alunos a frequentar clubes e projetos. ▪ Nível de concretização das atividades propostas no PAA. ▪ Número de participações disciplinares tipificando as medidas disciplinares aplicadas. ▪ Número de atividades promotoras da educação para a saúde. ▪ Número de turmas envolvidas no PRESSE. ▪ Número de alunos utilizadores da BE/CRE. ▪ Número de alunos com o diploma de comportamento e mérito.

Meta 2: Promover o sucesso académico		
O referencial do sucesso académico produzido pelo Agrupamento segue em anexo ao Projeto Educativo e é parte integrante deste.		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
2.1. Atingir as taxas de sucesso académico, eficácia interna. 2.2. Atingir as taxas de qualidade interna. 2.3. Atingir as taxas de sucesso académico, eficácia externa. 2.4. Atingir as taxas de qualidade externa. 2.5. Manter a taxa de abandono escolar. 2.6. Oferecer respostas curriculares diferenciadas. 2.7. Incentivar uma cultura de sucesso e de rigor e o gosto pela aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorização do sucesso académico. ▪ Diversificação da oferta formativa. ▪ Renovação das metodologias de ensino/ aprendizagem, reinventando novas aplicações das tecnologias. ▪ Desenvolvimento das práticas de avaliação diversificadas e adaptadas ao grau de complexidade do que é avaliado. ▪ Elaboração de planos de acompanhamento pedagógico a alunos que revelem divergências relativamente às aprendizagens a adquirir. ▪ Envolvimento dos encarregados de educação no processo de formativo dos seus educandos. ▪ Definição das práticas pedagógicas em função da avaliação formativa. ▪ Comunicação e explicitação aos alunos e respetivos encarregados de educação dos critérios de avaliação. ▪ Rentabilização dos recursos da sala de estudo, de acordo com as necessidades. ▪ Reforço dos materiais didáticos adequados, produzidos pelos departamentos e conselhos de turma, para utilização nas atividades de acompanhamento dos alunos / sala de estudo. ▪ Divulgação prévia, à aplicação dos instrumentos de avaliação, dos conteúdos a avaliar e comunicação atempada dos seus resultados aos encarregados de educação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Taxas de sucesso académico, eficácia interna. ▪ Taxas de qualidade interna. ▪ Taxas de sucesso académico, eficácia externa. ▪ Taxas de qualidade externa. ▪ Taxa de abandono escolar. ▪ Número de alunos com diploma de Valor e Mérito. ▪ Número de alunos inscritos nos diversos percursos. ▪ Eficácia dos planos de acompanhamento pedagógico individual.

Meta 3: Reforçar o trabalho colaborativo entre docentes		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
<p>3.1. Desenvolver o trabalho colaborativo entre os docentes.</p> <p>3.2. Otimizar o trabalho pedagógico dos docentes do conselho de turma.</p> <p>3.3. Promover uma cultura de articulação entre os diferentes níveis de ensino.</p> <p>3.4. Promover a partilha de práticas pedagógicas entre os docentes do mesmo departamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de metodologias ativas delineadas em grupo disciplinar e/ou em conselho de turma. ▪ Promoção de condições para o desenvolvimento do trabalho colaborativo. ▪ Promoção de atividades interdisciplinares. ▪ Promoção da supervisão pedagógica entre docentes do mesmo grupo disciplinar ou departamento. ▪ Elaboração, pelos diretores de turma, ouvidos os alunos, de um balanço trimestral sobre o processo ensino – aprendizagem. ▪ Realização de reuniões de articulação entre os diversos níveis de ensino. ▪ Estabelecimento, em conselho de turma, no início do ano letivo, dos critérios de atuação e organização da turma. ▪ Construção, ao longo do ano letivo, de materiais pedagógicos a utilizar no processo de ensino-aprendizagem e a partilhar. ▪ Análise e reflexão em grupo dos resultados da avaliação, trimestral. ▪ Partilha de recursos pedagógicos, estratégias e experiências fomentadores do sucesso educativo. ▪ Reforço da articulação entre a BE/CRE e os vários grupos disciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Teste comum, nas disciplinas teóricas, por disciplina e ano de escolaridade em data definir pelos grupos disciplinares. ▪ Número de materiais desenvolvidos em equipa ▪ Número de atividades que envolvam vários grupos disciplinares. ▪ Supervisão pedagógica de, pelo menos, 70% dos docentes com funções letivas. ▪ Uma reflexão anual sobre as práticas educativas nos departamentos curriculares e conselho pedagógico, partilhando as experiências mais significativas. ▪ Um projeto/atividade anual que envolva grande parte dos níveis de ensino. ▪ Número de atividades desenvolvidas em parceria entre a BE/CRE e os departamentos curriculares

Meta 4: Desenvolver uma identidade própria no seio da comunidade envolvente		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
<p>4.1 Promover a identidade cultural do Agrupamento.</p> <p>4.2 Promover a imagem institucional do Agrupamento.</p> <p>4.3 Contribuir para a promoção e valorização do meio local.</p> <p>4.4 Oferecer respostas curriculares diferenciadas e de acordo com as necessidades do meio.</p> <p>4.5 Formalizar parcerias com a comunidade local e outras entidades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do hino do agrupamento. ▪ Criação de uma bandeira do agrupamento. ▪ Continuidade da fomentação do mérito no desempenho dos alunos (Dia do Diploma). ▪ Potenciação da imagem do Agrupamento, pela divulgação das boas práticas desenvolvidas. ▪ Formalização de parcerias e protocolos diversificados com entidades locais de modo a potenciar a sua capacidade de resposta face a situações emergentes e decorrentes da prática educativa. ▪ Disponibilização do Agrupamento na participação e colaboração em atividades dinamizadas pelos parceiros que promovam o desenvolvimento do meio local. ▪ Desenvolvimento de atividades que envolvam toda a comunidade onde a escola se insere. ▪ Divulgação das atividades realizadas (por diversos meios de divulgação de forma a atingir os diferentes públicos). ▪ Adequação da oferta formativa às expectativas dos alunos e às necessidades locais e regionais e aos recursos existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração do hino nas cerimónias oficiais. ▪ Integração da bandeira em diversos espaços e nas cerimónias oficiais. ▪ Número de atividades realizadas em parceria com entidades locais. ▪ Divulgação de 70% das atividades a desenvolver e desenvolvidas ▪ Cursos disponibilizados – oferta formativa.

Meta 5: Promover o bem-estar de todos os elementos da comunidade escolar		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
<p>5.1. Consolidar a cultura de colaboração, respeito e solidariedade entre os membros da comunidade educativa.</p> <p>5.2. Reforçar a participação dos Pais/EE e comunidade educativa na vida escolar dos alunos.</p> <p>5.3. Valorizar a disciplina promovendo valores de cidadania.</p> <p>5.4. Promover a segurança.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de atividades/projetos que fomentem a apropriação dos valores de cidadania. ▪ Realização de atividades que envolvam os Pais/EE e comunidade educativa na vida escolar dos alunos. ▪ Reforço de estratégias de atuação célere e eficaz entre a Direção/ Diretores de Turma/ Docentes e os Pais/EE, na resolução de problemas comportamentais e de integração. ▪ Definição de medidas de autoproteção nos estabelecimentos escolares ▪ Manutenção dos equipamentos de segurança contra incêndios em edifícios. ▪ Manutenção e valorização dos equipamentos e espaços escolares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de atividades desenvolvidas que pretendam promover a apropriação dos valores de cidadania. ▪ Número de atividades desenvolvidas que envolvam os Pais/EE e comunidade educativa na vida escolar dos alunos. ▪ Número de faltas/ processos disciplinares. ▪ Realização de um simulacro. ▪ Revisão periódica dos equipamentos de segurança contra incêndios. ▪ Realização de um exercício de evacuação por escola.

Meta 6: Otimizar e monitorizar os mecanismos de organização e gestão do agrupamento		
Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
<p>6.1. Manter o exercício de uma liderança partilhada.</p> <p>6.2. Reforçar a cultura de autoavaliação do agrupamento nas suas várias dimensões.</p> <p>6.3. Planificar, de forma integrada, a gestão educativa do agrupamento.</p> <p>6.4. Promover uma melhor articulação entre os órgãos de gestão e a comunidade educativa.</p> <p>6.5. Promover a transversalidade dos objetivos do projeto educativo.</p> <p>6.6. Promover um plano de formação para pessoal docente / não docente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Constituição de mais equipas que possam implementar a autoavaliação nas suas várias áreas. ▪ Consolidação do processo de autoavaliação dando continuidade às metodologias internas de autoavaliação. ▪ Reforço da implementação de planos de melhoria nos vários serviços educativos. ▪ Realização de reuniões entre as diversas estruturas educativas. ▪ Conceção e organização do PAA de forma participada pelas diferentes estruturas de coordenação educativa. ▪ Desenvolvimento das dinâmicas de discussão e debate dos problemas da escola. ▪ Reforço de uma maior articulação, quer temática quer programática, entre as várias atividades desenvolvidas. ▪ Reforço do papel das lideranças intermédias. ▪ Incremento do número de atividades interdisciplinares. ▪ Incentivo a um maior envolvimento da comunidade educativa na discussão reflexiva dos projetos e atividades da escola. ▪ Incentivo a uma maior participação dos pais, dos alunos e da comunidade local, no Plano Anual de Atividades. ▪ Fomento de ações de formação/sensibilização que promovam um debate sobre o papel efetivo dos pais e /ou encarregados de educação na vida da escola. ▪ Incentivo à criação de equipas de projetos multidisciplinares. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório(s) de auto-avaliação. ▪ Verificação do grau de cumprimento dos planos de melhoria nos vários serviços educativos. ▪ Referência em ata da concretização das estratégias e ações desenvolvidas. ▪ Grau de consecução do PAA. ▪ Número de reuniões realizadas. ▪ Número de atividades formativas extracurriculares dinamizadas. ▪ Número de docentes e não docentes inscritos em formações constantes no plano de formação.

Meta 7: Promover o desenvolvimento curricular adaptado e a inclusão social harmoniosa dos alunos com necessidades educativas especiais.

Objetivos	Estratégias/Ações a desenvolver	Indicadores
<p>7.1. Adequar estratégias numa perspetiva de respeito pela diferença e inclusão</p> <p>7.2. Orientar a integração em percursos escolares ajustados às necessidades e perfil dos alunos.</p> <p>7.3 Preparar para a vida pós escolar os alunos com necessidades educativas especiais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização de recursos de apoio educativo aos alunos com necessidades educativas especiais de modo a cumprir, sempre que possível, as medidas previstas nos seus Programas Educativos Individuais (PEI). ▪ Fomento do trabalho colaborativo entre os educadores, professores titulares de turma/disciplina e os professores de apoio e educação especial; ▪ Promoção de dinâmicas de orientação escolar e vocacional desenvolvida pelos Serviços de Psicologia e Orientação em articulação com os diretores turma e encarregados de educação. ▪ Promover o acompanhamento e integração dos alunos com necessidades educativas especiais e currículo específico individual no mercado de trabalho, através da elaboração de Planos Individuais de Transição (PIT) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação das medidas previstas nos PEI. ▪ Reflexão da implementação dos PEI, nos momentos formais de avaliação e nos Relatórios Circunstanciados. ▪ Reflexão anual sobre as práticas educativas dirigidas a alunos com necessidades educativas especiais no departamento curricular e conselho pedagógico, partilhando as experiências mais significativas. ▪ Realizar 2 atividades dirigidas aos alunos do 9º ano e final do secundário, que facilitem a construção do seu percurso escolar e profissional. ▪ Implementação da totalidade das medidas previstas nos PIT.

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A avaliação do Projeto Educativo, fundamental para o seu sucesso, deverá ter como finalidade averiguar o grau de execução, a participação dos diversos intervenientes e a eficácia da sua concretização.

A apreciação dos resultados do processo de autoavaliação e, por consequência, do Projeto Educativo é da responsabilidade do Conselho Geral.

A avaliação deste projeto deverá ser realizada por uma comissão, constituída para esse efeito, representativa da comunidade, a qual procederá à avaliação anual do Projeto Educativo para estimular a sua dinâmica e criatividade, no sentido de melhorar e corrigir a coerência, a eficiência e a eficácia.

8. DIVULGAÇÃO E REVISÃO

O Projeto Educativo é elaborado por uma comissão nomeada pelo conselho pedagógico com a participação da comunidade escolar e aprovado pelo conselho geral. Deve ser divulgado a toda a comunidade escolar a fim de, com base no seu conhecimento, serem elaboradas as propostas para o plano de atividades.

Deve também ser divulgado junto das entidades que tutelam a escola, e ainda de todos os organismos que possam colaborar com o agrupamento e/ou tenham assento nos órgãos do agrupamento.

O Projeto Educativo, como projeto de intenções, está permanentemente aberto a alterações, reformulações e revisões. Devem, no entanto, para além da avaliação contínua, realizar-se avaliações periódicas, nomeadamente em cada ano letivo.